

GABRIEL SILVEIRA DE QUEIRÓS CAMPOS

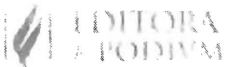
- Procurador da República;
- Especialista em Ciências Penais pela Universidade Anhanguera – UNIDERP;
- Especialista em Direito Internacional, Economia e Relações Internacionais pela Escola Superior do Ministério Público da União – ESMPU, em parceria com a *RUHR-Universität Bochum* (Alemanha) e com a *University of Johannesburg* (África do Sul);
- Professor de Direito Processual Penal na Faculdade Assis Gurgacz – FAG;
- Membro da *International Association of Prosecutors*. Membro da Associação Internacional de Direito Penal (AIDP-Brasil).

Provas ilícitas e ponderação de interesses no processo penal

2015



www.editorajuspodivm.com.br



www.editorajuspodivm.com.br

Rua Mato Grosso, 175 – Pituba, CEP: 41830-151 Salvador – Bahia
Tel: (71) 3363-8617 Fax: (71) 3363-5050 • E-mail: fale@editorajuspodivm.com.br

Copyright: Edições JusPODIVM

Conselho Editorial: Dirley da Cunha Jr., Leonardo de Medeiros Garcia, Fredie Didier Jr., José Henrique Mouta, José Marcelo Vigliar, Marcos Ehrhardt Júnior, Nestor Távora, Robério Nunes Filho, Roberval Rocha Ferreira Filho, Rodolfo Pamplona Filho, Rodrigo Reis Mazzei e Rogério Sanches Cunha.

Capa: Rene Bueno e Daniela Jardim (www.buenojardim.com.br)

Diagramação: Couto Coelho (coutovsk@yahoo.com.br)

Todos os direitos desta edição reservados à Edições JusPODIVM.

É terminantemente proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio ou processo, sem a expressa autorização do autor e da Edições JusPODIVM. A violação dos direitos autorais caracteriza crime descrito na legislação em vigor, sem prejuízo das sanções civis cabíveis.

Sumário

Lista de abreviaturas	13
Prefácio.....	15
Apresentação.....	19
Nota do autor.....	23
Introdução.....	27
1. O processo penal como instrumento de política criminal.....	27
2. Garantismo e funcionalismo (eficientismo).....	29
CAPÍTULO I	
Considerações iniciais sobre o processo penal.....	33
1. Caracteres básicos do processo penal.....	33
2. Processo penal democrático e liberdades individuais.....	36
3. O princípio da busca da “verdade real” e sua crítica.....	40
CAPÍTULO II	
Direito à prova no Estado Democrático de Direito	49
1. Lineamentos sobre o direito à prova no processo penal	49
1.1. Natureza e evolução do direito probatório	49
1.2. Conteúdo do direito probatório.....	55
1.3. Limitações ao direito probatório.....	59
2. Os sistemas probatórios contemporâneos: breve análise de direito comparado.....	63
2.1. Sistema europeu continental.....	63
2.2. Sistema anglo-americano.....	72
CAPÍTULO III	
Princípios constitucionais relativos à disciplina da prova .	75
1. Princípios constitucionais relativos à prova	75

1.1. Direito de acesso à justiça	76
1.2. Devido processo legal.....	78
1.3. Princípio do contraditório.....	80
1.4. Princípio da ampla defesa	86
1.5. Princípio da isonomia processual	90
1.6. Motivação das decisões judiciais.....	93
1.7. Princípios do <i>favor rei</i> e da presunção de inocência.....	101

CAPÍTULO IV

As provas ilícitas no sistema processual brasileiro	113
1. Conceito de prova ilícita. Terminologia. Evolução do tratamento dispensado às provas ilícitas no direito comparado.....	113
1.1. Pela admissibilidade das provas ilícitas	116
1.2. Pela inadmissibilidade das provas ilícitas.....	117
2. A <i>ratio essendi</i> da regra de inadmissibilidade das provas ilícitas.....	122
2.1. Razões de utilitarismo estatal: efeito dissuasório ou controle disciplinar.....	124
2.2. Razões de integridade processual: o <i>fair trial</i>	126
3. As provas ilícitas e a Constituição Federal. As formas processuais e o sistema das nulidades: nulidade absoluta ou inexistência das provas ilícitas?	127
4. As provas ilícitas no CPP: a regra (vetada) de afastamento do juiz que teve contato com a prova ilícita	138

CAPÍTULO V

O princípio da proporcionalidade.....	141
1. Existe fungibilidade entre os princípios da proporcionalidade e da razoabilidade?.....	141
2. Os princípios da proporcionalidade e da razoabilidade e sua evolução no direito comparado.....	144
2.1. A doutrina da razoabilidade nos EUA.....	148
2.2. O princípio da proporcionalidade na Alemanha.....	154
3. Os princípios da proporcionalidade e da razoabilidade no direito brasileiro	158
3.1. A <i>sedes materiae</i> da proporcionalidade.....	161

CAPÍTULO VI

A ponderação de interesses no Direito Constitucional	177
1. O Direito como um “sistema aberto de regras e princípios”	177
2. Distinção entre princípios e regras	179
2.1. A evolução da “juridicidade” dos princípios jurídicos...	180
2.2. As diversas concepções acerca de princípios e regras..	183
3. A ponderação de interesses como técnica de solução de conflitos constitucionais	198
4. Críticas à ponderação de interesses.....	205
4.1. A relativização dos direitos fundamentais	206
4.2. A ameaça à separação dos Poderes	208
4.3. A violação aos princípios da segurança jurídica e da igualdade	214
4.4. A falta de consistência metodológica.....	215

CAPÍTULO VII

A ponderação de interesses e as provas ilícitas	219
1. É possível ponderação no âmbito das provas ilícitas?	219
2. Prova ilícita <i>pro reo</i> e o estado de necessidade como causa de justificação.....	220
3. Prova ilícita <i>pro societate</i>	228
3.1. O Ministério Público e a persecução criminal: fixando limites de atuação.....	228
3.2. A incidência dos direitos fundamentais nas relações privadas e a proibição da colheita de provas ilícitas por particulares	238
4. Prova ilícita por derivação	254
4.1. A doutrina dos “frutos da árvore envenenada” nos EUA.....	254
4.2. O chamado “efeito reflexo” ou “efeito extensivo” na Alemanha	257
4.3. As provas ilícitas por derivação no ordenamento brasileiro	258

CAPÍTULO VIII

Questões polêmicas envolvendo provas ilícitas	269
1. Denúncia anônima.....	269

2. Colaboração ou delação premiada.....	279
3. Gravações clandestinas	287
Considerações finais.....	297
Bibliografia	299